



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|--|--|
| ☐ Ambiente e Sustentabilidade | ☒ Crítica, Documentação e Reflexão | ☐ Espaço Público e Cidadania |
| ☐ Habitação e Direito à Cidade | ☐ Infraestrutura e Mobilidade | ☐ Novos processos e novas tecnologias |
| ☐ Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Arquitetura bancária em João Pessoa (1970-1985): um acervo a ser (re)conhecido¹

Banking Architecture in João Pessoa (1970-1985): a collection to be a recognized
Arquitetura bancária em João Pessoa (1970-1985): una colección para ser (re)conocida

SANTOS, Erika Diniz Araújo dos (1)

(1) Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, PE, Brasil; email: erikadiniz.arquitetura@gmail.com

¹ Este trabalho foi fruto de pesquisa em desenvolvimento dentro do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE) sob orientação da Profª Drª Guilah Naslavsky.

Arquitetura bancária em João Pessoa (1970-1985): um acervo a ser (re)conhecido

Banking Architecture in João Pessoa (1970-1985): a collection to be a recognized

Arquitectura bancaria en João Pessoa (1970-1985): una colección para ser (re)conocida

RESUMO

Na historiografia da arquitetura moderna (BRUAND, 1981; SEGAWA, 1998; BASTOS; ZEIN, 2010), as agências bancárias foram pouco abordadas nos relatos, sendo um tema que, recentemente, foi retomado por estudiosos e pesquisadores (STRÖHER, 1999). Edifícios que foram considerados por alguns historiadores como “(...) *estranhos objetos vindos de outras galáxias, pousados entre o casario modesto* (...)” (LEMOS, 1981), desvalorizando esta produção, antes mesmo de um conhecimento mais aprofundado. Divergências à parte, os projetos de bancos empreendidos, maioritariamente entre as décadas de 1970 e 1985, recompõem o período promissor do século XX, onde as instituições financeiras surgiram como um expoente patrocinador da arquitetura moderna (PETROLI, 2013). A “*arquitetura bancária*” foi mais uma produção que mobilizou os arquitetos a alargarem maciçamente sua atividade. Em 1980, 80% da atividade destes profissionais estava ligada à rede bancária (SABBAG, 1984, p. 40). Em João Pessoa, os bancos também se fizeram presentes nesse período, quando então proliferaram na área central, possivelmente pelos “*atrativos urbanos*” que ali existiam. Desse modo, o presente trabalho se propõe a ilustrar como a “*arquitetura bancária*” se desenvolveu na capital paraibana, entre 1970 e 1985; e as especificidades dessa produção regional (ou marginal, se preferirem), a fim de contribuir com a construção da historiografia da arquitetura moderna local e nacional.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura bancária, arquitetura moderna, bancos em João Pessoa

ABSTRACT

In the historiography of modern architecture (BRUAND, 1981; SEGAWA, 1998; BASTOS; ZEIN, 2010), banking agencies were barely addressed in the reports, being an issue that recently has been taken over by scholars and researchers (STRÖHER, 1999). Buildings that were considered by some historians as "foreign object from other galaxies, perched between the modest houses (...)" (LEMOS, 1981), and devaluing this production, even before a depth knowledge. Disagreements aside, the bank projects undertaken, primarily between the decades of 1970 and 1985, reassembles the promising period of the 20th century, where financial institutions have emerged as an exponent sponsor of modern architecture (PETROLI 2013). The "bank building" was a production that mobilized architects to massively expand its activity. In 1980, 80 % of the activity of these professionals was linked to the banking network (SABBAG, 1984, p. 40). In João Pessoa, the banks were also present during this period, when they proliferated in the central area, possibly by "urban attractions" that existed there. Thus, this paper aims to illustrate how the "banking architecture" developed in the capital of Paraíba, between 1970 and 1985; and the specifics of this regional production (marginal or, if you prefer) in order to contribute to the building of local and national historiography of modern architecture.

KEY-WORDS: banking architecture, modern architecture, banks in João Pessoa

RESUMEN

En la historiografía de la arquitectura moderna (BRUAND, 1981; SEGAWA, 1998; BASTOS; ZEIN, 2010), las agencias bancarias fueron apenas abordadas en los informes, siendo un tema que recientemente ha sido tomado por estudiosos e investigadores (STRÖHER, 1999). Edificios que fueron considerados por algunos historiadores como "extraños objetos procedentes de otras galaxias, encaramados entre las casas modestas (...)" (LEMOS, 1981), devaluación de esta producción, incluso antes de un conocimiento más profundo. Desacuerdos a un lado, los proyectos de bancos, realizadas en su mayoría entre los años 1970

y 1985, recomponen el período prometedor del siglo XX, cuando las entidades financieras han surgido como exponente de la arquitectura moderna (PETROLI 2013). El "edificio del banco" fue más una producción que movilizó a los arquitectos para expandir masivamente su actividad. En 1980, el 80 % de la actividad de estos profesionales se vinculó a la red bancaria (SABBAG, 1984, p. 40). En João Pessoa, los bancos también estuvieron presentes durante este período, cuando entonces proliferaron en la zona central, posiblemente por "atracciones urbanas" que existían allí. Por lo tanto, este trabajo pretende ilustrar cómo la "arquitectura bancaria" se desarrolló en la capital de Paraíba, entre 1970 y 1985; y las particularidades de la producción regional (o marginal, si lo prefiere) con el fin de contribuir a la construcción de la historiografía de la arquitectura moderna en los planos locales y nacional.

PALABRAS-CLAVE: arquitectura bancaria, arquitectura moderna, los bancos en João Pessoa

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Haifa Sabbag (1984, p. 40), a partir dos anos 1974, "iniciou-se no Brasil uma crescente implantação de agências bancárias nos grandes centros, estendendo-se, aos poucos, por todo o território nacional". Seja através da construção de novos edifícios ou da adaptação de outros, a "arquitectura bancária" foi mais uma produção que mobilizou os arquitetos a alargarem maciçamente sua atividade. Em 1980, 80% da atividade destes profissionais estava ligada à rede bancária (SABBAG, 1984, p. 40). Alguns arquitetos se notabilizaram pelo grande volume de agências bancárias que produziram em várias regiões, mas principalmente em seus estados, tais como: Sidonio Porto (n. 1940)² e Siegbert Zanettini (n. 1934)³, em São Paulo, especialmente; ou Jorge Debiagi (n. 194?)⁴, no Rio Grande do Sul.

Esses profissionais, assim como tantos outros, tiveram as instituições financeiras como expoentes patrocinadoras da arquitetura desse setor, criando departamentos de engenharia e arquitetura especializados (SABBAG, 1984, p. 42) ou recorrendo a escritórios especializados através de convites ou concursos abertos e fechados. Assim, construiu-se no Brasil um conjunto de obras que constitui um acervo expressivo da arquitetura brasileira, ainda pouco explorado pela historiografia, mas já acusado de ser "violento" quanto ao patrimônio arquitetônico e cultural de muitas cidades. De acordo com Lemos (1981, p. 28):

(...) Essas novas agências bancárias, totalmente desvinculadas dos contextos urbanos, mais parecendo estranhos objetos vindos de outras galáxias, pousados entre o casario modesto, vêm se juntar a outras anteriores edificações 'chegadas de fora' como novos centros telefônicos, novos fóruns, novos centros de saúde, grande parte delas levantadas em plenas praças públicas de municípios pobres, que trocam logradouros do povo com o privilégio de possuírem nas suas ruas uma nova arquitetura que lhes emprestará o 'status' de localidades progressistas.

O fato é que muitos bancos foram construídas nos centros históricos de muitas cidades, causando impacto no patrimônio construído. Uma arquitetura fruto do capital financeiro que, em sua maioria, estava associada à imagem de solidez, segurança e sobriedade que os bancos queriam transmitir. Adjetivos os quais entravam em conflito direto com algumas características fundamentais da arquitetura moderna, tais como leveza, transparência, acessibilidade e fluidez espacial (STRÖHER, 1999, p. 131). Mesmo assim, as agências bancárias "aparecem como encomendas da classe dominante e refletem toda a sua ideologia. Continuam como 'alta

² Sidonio Porto (n. 1940) formou-se arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1964. Em 1967, transfere-se para São Paulo e

³ Siegbert Zanettini (n. 1934), arquiteto e urbanista paulista formado pela FAUUSP, em 1959. Abriu escritório próprio desenvolvendo projetos diversos, além de pertencer à primeira geração de Professores Doutores da USP.

⁴ Jorge Decken Debiagi (n. 194?), arquiteto gaúcho, formado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1966. Seu escritório realizou dezenas de projetos para a Caixa Econômica.

costura', causando impacto, respondem a uma tecnologia interna ou internacional de ponta (...)" (ZANETTINI, 1981, p. 29).

2 ARQUITETURA BANCÁRIA

Em João Pessoa, Mello (2008, p. 48), já destacava a evolução dos bancos na Paraíba desde os anos 1930, com a fundação de alguns bancos do Estado, além da instalação de dezenas de instituições bancárias, principalmente no Varadouro. Porém, a expansão e consolidação desse processo ocorreriam nos anos 1970, quando as instituições bancárias proliferaram na área central, principalmente da Cidade Baixa em direção à Cidade Alta, possivelmente pelos atrativos que ali existiam: os incentivos oficiais à verticalização, a maior oferta de terrenos e ao crescimento da cidade em direção à orla. A instalação dessas agências bancárias indicava a atração de investimentos, voltados principalmente para o desenvolvimento regional.

O Banco do Nordeste do Brasil, criado em Fortaleza (1952), com a finalidade promover o desenvolvimento sustentável da região através do apoio financeiro aos agentes produtivos regionais, expandia sua rede de agências em várias capitais nordestinas. O projeto, realizado através de concurso interno, para a agência central do Banco do Nordeste do Brasil (1969) em João Pessoa, teve como vencedora a proposta de autoria dos arquitetos Liberal de Castro⁵, Gerhard Bormann⁶ e Reginaldo Rangel⁷. Destacado na historiografia e na mídia especializada⁸, o banco foi algum dos vários projetos realizados através de concurso nos anos 1970 na capital.

O amplo programa de necessidades requerido, somado à imagem de modernidade e solidez da instituição, teria que ser resolvido e implantado em um terreno irregular e de poucas dimensões entre as ruas Gama e Mello e Cardoso Vieira, na área histórica da cidade. Introduzindo uma linguagem diferente das experiências modernas até então empreendidas na cidade, com uma solução de vanguarda e arrojo, os arquitetos tiram partido das condicionantes locais: o terreno trapezoidal de meio de quadra e a diferença de níveis entre as duas ruas que o limitavam, além da diversidade de formas e gabaritos no entorno histórico do bairro do Varadouro (SAMPAIO NETO, 2012, p. 81).

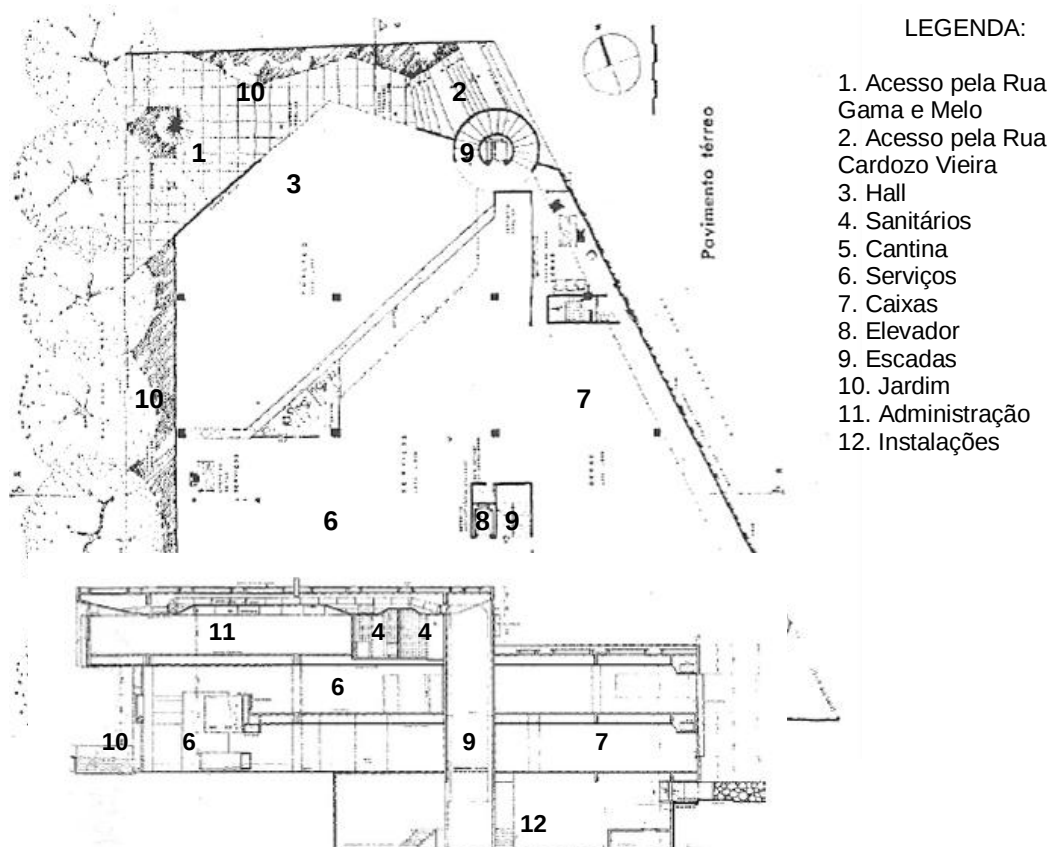
⁵ José Liberal de Castro (n. 1926) nasceu em Fortaleza, mas migrou para o Rio de Janeiro, em 1944, em busca de novos horizontes profissionais e intelectuais. Formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1955.

⁶ Gerard Ernest Bormann (1939-1980) foi um arquiteto carioca e chegou a Fortaleza em 1965, acompanhado de sua esposa, a arquiteta Nícia Bormann. Formou-se pela Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1964, no Rio de Janeiro. Além da agência de João Pessoa, o arquiteto projetou a agência do mesmo banco em Natal e o Estádio Estadual Plácido Castelo (1970), em Fortaleza, além de vários projetos residenciais (ACAYABA & FICHER, *Op.cit.* 102).

⁷ Reginaldo Rangel (já falecido) arquiteto diplomado, na década de 1960, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Foi professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará até o fim dos anos 1970. Colaborou com Liberal de Castro e Ernest Bormann em muitos projetos.

⁸ O projeto foi publicado na Revista Acrópole, em 1970. Também é destacado por ACAYABA & FICHER, *Op.cit.* 102.

Figura 1: Banco do Nordeste do Brasil. (1969). Gerard Ernest Bormann, José Liberal de Castro e Reginaldo Rangel.

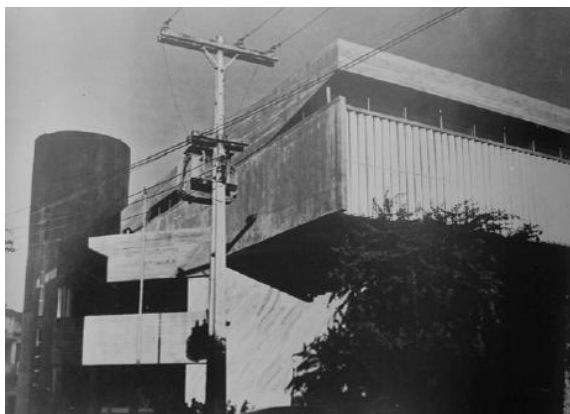


Fonte: SAMPAIO NETO, 2012, editado pela autora.

A solução para resolver todos os condicionantes locais foi dispor o programa em quatro pavimentos sendo um pavimento semi-enterrado, um térreo, um mezanino e um pavimento superior, todos interligados por elevadores e escadas. Para a Rua Cardoso Vieira, o edifício apresenta apenas três pavimentos, enquanto que para a Rua Gama e Melo, o edifício apresenta quatro pavimentos. A fim de comunicar o edifício, no pavimento térreo, os arquitetos criaram uma rua interna, nos moldes da arquitetura inglesa do casal Smithson.

O programa seguiu o jogo volumétrico do edifício. O pavimento térreo e a sobreloja apresentaram a mesma configuração hexagonal em planta, e abrigaram os setores essenciais e administrativos do banco. O pavimento superior apresentou planta retangular abrigando uma área restrita aos funcionários, enquanto o subsolo abrigou as instalações técnicas. A predominância da horizontalidade, mesmo tendo quatro pavimentos; a decomposição do monobloco em uma geometria complexa, seguindo a disposição do programa; e a autonomia da edificação em relação à vizinhança; foram soluções que demonstraram um melhor aproveitamento do terreno, mas com a preocupação em criar um espaço urbano que favorecesse o acesso do público por ambas as ruas.

Figuras 2 a 4: Banco do Nordeste (1970), Gerard Ernest Bormann, José Liberal de Castro e Reginaldo Rangel.



Fonte: Acervo da autora, 2010; SAMPAIO NETO, 2012.

O edifício foi construído em concreto armado e alvenaria portante, os quais foram manifestos na fachada demonstrando as marcas das formas de madeira, e coberta com telhas em fibrocimento. Destacaram-se também a grande quantidade de *brises* em alumínio que protegeram as fachadas leste e oeste, marcando fortemente a expressão do banco. De acordo com Sampaio Neto (2012, p. 83), essa obra “*inaugura uma série de procedimentos projetuais que serão utilizados nas obras subseqüentes de Bormann*” como o uso do módulo octamétrico alemão e a exploração plástica de aspectos artesanais da construção.

Em outubro de 1971, era a vez do Banco do Brasil (arquiteto não-identificado - 1971) iniciar a instalação de sua sede na região central, situado à Praça 1817. A antiga agência da Rua Gama e

Melo, com seus três pavimentos, não comportava mais as atividades crescentes do banco (PRÉDIO do BB..., 1972, p. 1). E por estar instalado numa área bastante consolidada era necessário localizar o edifício em outro terreno. A recente valorização da Cidade Alta, juntamente com a ação dos incorporadores imobiliários e os incentivos à verticalização naquela área (PEREIRA, 2008, p. 176), deslocou a construção do banco para aquela região.

Figuras 5 e 6: Banco do Brasil (1971), arquiteto não-identificado.



Fonte: [PROGRESSO disparado]. 1973; GUIMARÃES, 2007, p. 30.

Construído como edifício de uso misto, com nada menos que quinze pavimentos, sendo subsolo, térreo e três sobrelojas de uso exclusivo do banco, além de 10 pavimentos-tipo destinados para apartamentos residenciais, sendo dois apartamentos por andar com 140 metros quadrados cada. Na época de sua inauguração, o prefeito Dorgival Terceiro Neto destacou que *“o edifício vem dar nova feição urbanística a João Pessoa, integrando-se ao surto desenvolvimentista que a cidade experimenta de cinco anos para cá”*. (SEDE de 15 andares..., 1971. p. 3). Os jornais destacaram a *“dose de bom gosto”* do edifício pelo uso de materiais modernos e de primeira qualidade utilizados nos acabamentos. A construção desse edifício abriu precedentes para a construção de outras agências bancárias na área, as quais já não consideravam a Cidade Baixa um lugar apropriado para a implantação de suas sedes.

A valorização da porção alta do Centro também atraiu a instalação da sede do BEP (o extinto Paraiban), que construiria sua sede também na Praça 1817, com algo entre onze ou dezessete pavimentos. A idéia de iniciar a construção do edifício, quando da comemoração do centenário do banco, em 1974, era reforçada pela necessidade de alojar *“todos os serviços daquele estabelecimento bancário que, devido à expansão de suas operações já não são comportadas no edifício-sede onde funciona atualmente, à Rua Maciel Pinheiro”*, (SEDE do BEP..., 1973, p. 1) na Cidade Baixa. Nas próprias palavras do diretor-presidente do banco ficava evidente a opção pela construção na Cidade Alta porque a *“matriz já se ressentia do funcionamento em local mais apropriado ao lado de outras agências, que já optaram pelo centro da cidade para se instalar”* (BEP terá..., 1973, p. 2).

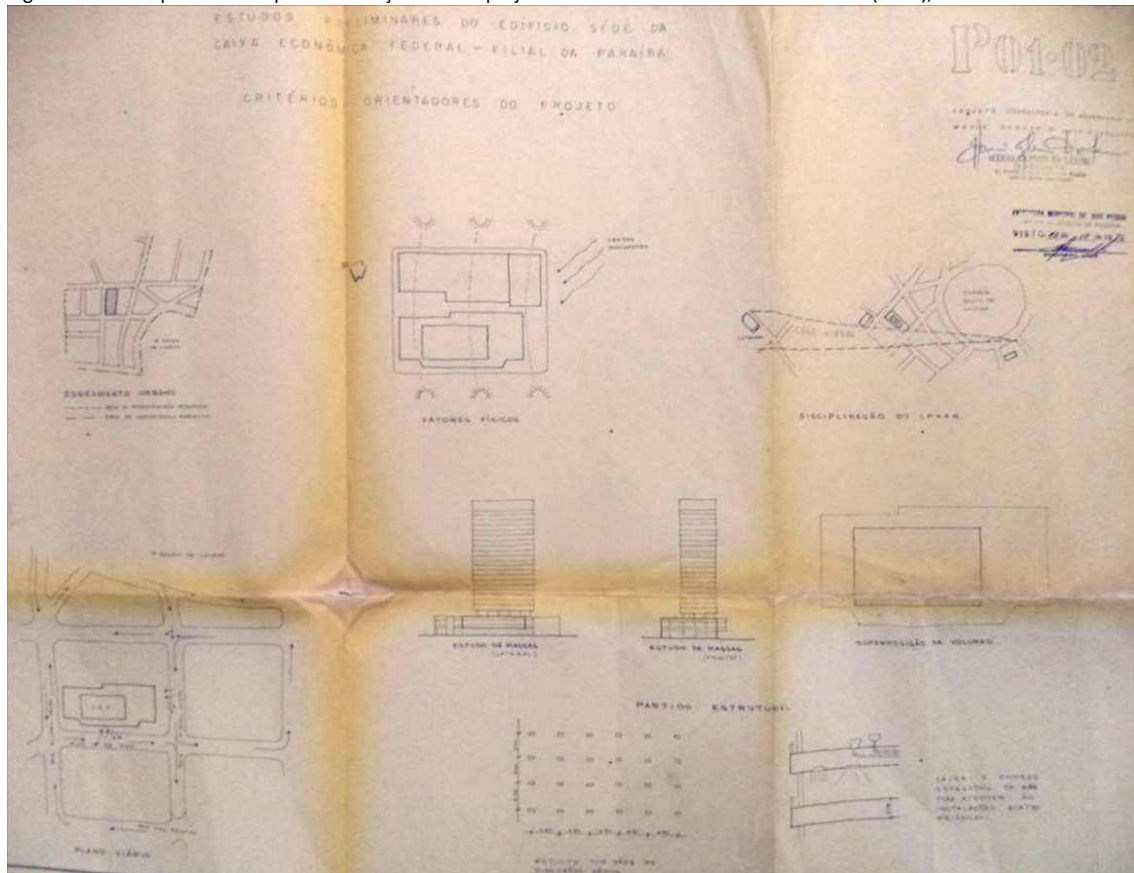
Os estudos preliminares, assim como a aquisição do terreno, parecem não ter seguido adiante, principalmente depois da proibição de construções em altura naquelas imediações, com a instituição do Código de Urbanismo (1975), e das ações das instituições preservacionistas, as quais vinham assumindo relevância crescente na cidade, especialmente pela atuação do Instituto Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP).

Desde 1975, a Caixa Econômica Federal também vinha estudando a instalação de sua matriz em João Pessoa. Funcionários do banco vinham pesquisando dados junto à Prefeitura e ao IBGE a fim de avaliar as condições para a instalação de novas unidades em locais que ainda não possuíam agências (CEF conclui..., 1977, p. 8). Igualmente foi escolhida a Cidade Alta para a implantação da nova sede, *“que será construída na quadra onde já estão localizados os edifícios Viña Del Mar e Manoel Pires, obedecendo aos mais modernos padrões de arquitetura, contribuindo para maior valorização daquela área.* (CEF iniciará..., 1976, p. 8). Foi solicitado ao arquiteto paraibano Mário Glauco Di Lásccio⁹ a elaboração de um estudo para o edifício-sede, que previu a construção em altura naquele terreno.

A proposta do arquiteto era construir dois pavimentos destinados ao funcionamento da instituição bancária, respeitando o gabarito das construções antigas em seu entorno; e mais onze pavimentos destinados aos escritórios do banco, com acesso exclusivo dos funcionários; além do subsolo para estacionamento de veículos e uma cobertura com heliponto. Por sinal, um partido arquitetônico muito próximo ao que foi realizado para o edifício do Banco do Brasil (1971), diferenciando-se apenas que os pavimentos-tipo seriam destinados ao uso exclusivo do banco, e não para moradia com o intuito de instalar os funcionários para residirem em suas dependências.

⁹ Mário Glauco Di Lásccio (n. 1929) é um arquiteto paraibano de João Pessoa. Formou-se na Escola de Belas-Artes de Pernambuco (1957). Lecionou na Escola de Engenharia da Universidade Federal da Paraíba e um dos responsáveis por fundar o Curso de Arquitetura da mesma instituição. Mantém escritório próprio desde os anos 1960.

Figura 7: Estudos preliminares para elaboração do anteprojeto da sede da Caixa Econômica Federal (1976), Mário Glauco Di Lásccio.



Fonte: Arquivo Central/PMJP, edição da autora.

Figuras 8 e 9: Volumetria proposta para a sede da Caixa Econômica Federal (1976), Mário Glauco Di Lásccio.



Fonte: Arquivo Central/PMJP.

Diferentemente da sede do Banco do Brasil, o edifício não chegou a ser construído devido talvez às restrições do Código de Urbanismo, mas a proposta se mantinha alinhada com as concepções arquitetônicas dominantes da arquitetura moderna brasileira, com exceção pelo uso extensivo de peles de vidro na fachada, numa direção seguindo as tendências recentes dos

grandes arranha-céus americanos ou paulistas. Solução que parecia não ser a mais adequada para as condições locais pela orientação do edifício, voltado totalmente para a direção oeste, apesar de sua fachada leste ser totalmente encoberta pelo Edifício Manoel Pires (Carlos Alberto Carneiro da Cunha – 1973). Posição que não favorecia também a ventilação natural. Também não houve aqui a solução de extrair do corpo principal do edifício, volumes de circulação vertical, aproximando-se mais das propostas da arquitetura do *Internacional Style*.

A partir da segunda metade da década de 1970, seguindo uma tendência nacional como apontou Sabbag (1984, p. 40), houve uma crescente implantação de agências bancárias em João Pessoa, motivada pelo progresso econômico e desenvolvimento urbano da cidade. Cenário que era igualmente encontrado em outras cidades do país, onde *“quase todos os pontos de referência do comércio estão sendo tomados pelos bancos; ruas inteiras, nas grandes cidades, tornaram-se centros bancários”* (SABBAG, 1984, p. 42). Foi o caso, por exemplo, de São Paulo, onde antigos casarões do café da Avenida Paulista foram demolidos para dar lugar à instalação de diversas agências bancárias; ou de Curitiba, na Avenida Marechal Deodoro, quando a antiga Rua do Comércio passou a abrigar agências de quase todos os bancos, em meados dos anos 1960 e 1970.

Em João Pessoa, a renovação dos edifícios para dar lugar às sedes bancárias passou a ser acompanhada pelas instituições preservacionistas, principalmente pelo IPHAEP, mas principalmente sob a tutela do Código de Urbanismo, aprovado em 31 de dezembro de 1975, que agora ordenava a ocupação na região central em meio à rápida expansão urbana. Essas restrições passaram a interferir na construção das agências bancárias que se sucederam e acabaram por prolongar a instalação das mesmas na Cidade Alta. Foi o caso das sedes do Banespa (Salvador Candia - 1980) e da Caixa Econômica Federal (Jerônimo & Pontual Arquitetos – 1980).

O Banespa (1980), projeto do arquiteto “paulista” Salvador Candia¹⁰ (1924-1991), foi construído na Praça 1817, uma localização com menores restrições se comparado as áreas em torno do Parque Sólon de Lucena ou do Centro Histórico¹¹. O lote *“colonial”*, estreito em sua largura e longilíneo em seu comprimento, com declividade acentuada, favoreceu a criação de quatro pavimentos conectados apenas por escadas. O posicionamento do banco, recuado em relação à rua, permitiu o distanciamento visual do transeunte em relação ao edifício. Internamente, a flexibilidade dos espaços foi garantida pela localização da estrutura, igualmente lançada nas extremidades do edifício, o que permitiu a planta livre em toda a sua extensão. Os serviços, as circulações verticais e as baterias de banheiros foram dispostas nos fundos, dentro do recuo na lateral do prédio, não havendo uma distinção volumétrica evidente entre os setores, apenas o volume da caixa d’água foi destacado do volume principal, atendendo uma exigência técnica, mas sem expressividade formal.

¹⁰ Salvador Candia (1924-1991) foi um arquiteto mato-grossense, formado em 1948, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie. Trabalhou nos escritórios de Rino Levi, Oswaldo Bratke e Vilanova Artigas. Também lecionou na Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie, nas disciplinas de Composição, Projeto e História da Arte, tendo sido diretor da mesma escola entre 1967 e 1969.

¹¹ A área da Praça 1817 ficava fora da delimitação estabelecida pelo Código de Urbanismo como Área de Interesse Histórico.

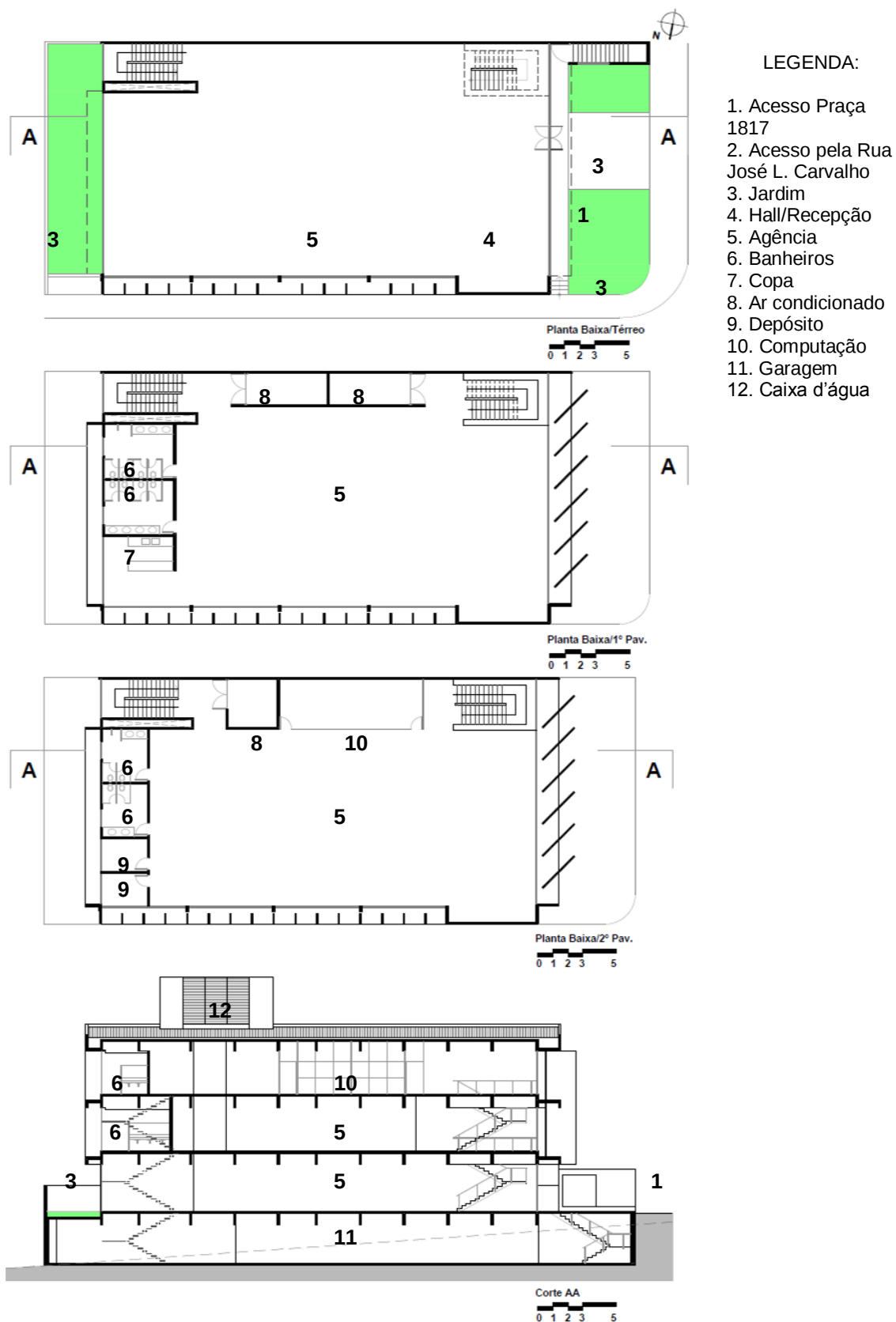


Figura 10: Banco do Estado de São Paulo - Banespa (1980), Salvador Candia. Fonte: Arquivo Central/PMJP, desenho da autora.

A mesma preocupação com a inserção no contexto urbano se deu no cuidado com a rígida coerência formal, associada à clareza do arranjo dos espaços, à coordenação modular e à expressão plástica própria dos elementos construtivos e estruturais do edifício, características, que segundo Ferroni (2008, p. 221), eram comuns na obra do arquiteto. O concreto deixado aparente foi utilizado excessivamente, evidenciando a textura do material, nos moldes da arquitetura brasileira que vinha sendo praticada recentemente em diversas obras difundidas pelo país. Entretanto, a individualidade dos elementos construtivos não foi imposta na aparência externa do edifício, como foi aplicado, por exemplo, na produção paulista em que pilares, vigas, lajes, etc. expressavam “*os novos símbolos de arte*” (CONDURU, 2004, p. 78). Apenas os elementos de proteção solar, atendendo as exigências bioclimáticas, destacaram-se expressivamente no volume monolítico do Banespa. Além do concreto, foram utilizadas como materiais as telhas onduladas de fibrocimento, vidros temperados e piso vinílico.

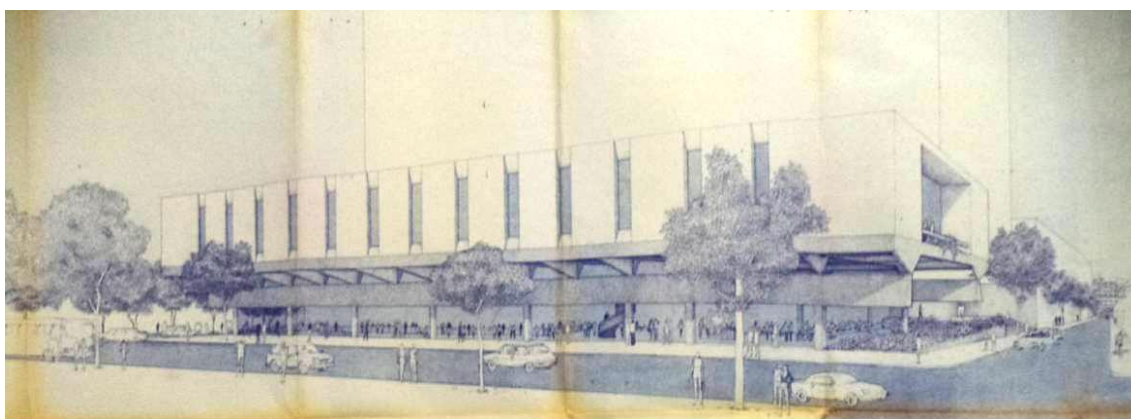
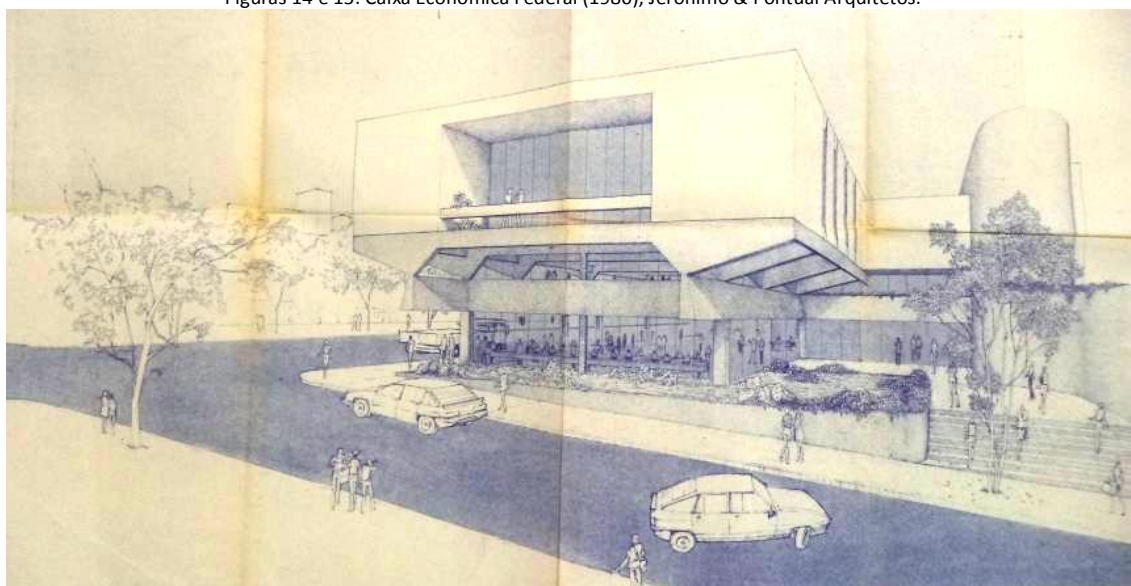
Figuras 11 a 13: Banco do Estado de São Paulo - Banespa (1980), Salvador Candia.



Fonte: ARAÚJO, 1989; Acervo da autora, 2010.

O projeto da Caixa Econômica Federal (1980), de Jerônimo & Pontual Arquitetos¹², foi desenvolvido em lugar das propostas apresentadas, em meados dos anos 1970, pelos arquitetos Mário Di Lászio, Jorge Debiagi e Cláudio Meirelles Fontes (ARAÚJO, 2010, p. 84), as quais previam edifícios em altura para a sede da agência central. O edifício construído, ocupando uma área de mais de dez mil metros quadrados, distribuídos em cinco pavimentos (subsolo, térreo, sobreloja e dois pavimentos superiores), se constituiu em uma grande caixa de configuração retangular apoiada por “*pés e braços*” em concreto armado aparente, desenhados de acordo com o percurso das forças estáticas. A composição volumétrica foi feita através da rígida marcação da estrutura e dos panos de vedação transparentes, onde o volume suspenso pareceu flutuar sobre a caixa de vidro que abriga o pavimento térreo.

Figuras 14 e 15: Caixa Econômica Federal (1980), Jerônimo & Pontual Arquitetos.



Fonte: Arquivo Central/PMJP.

¹² Jerônimo e Pontual Arquitetos (J & P Arquitetos Ltda.) foi um escritório pernambucano de arquitetura formado pelos arquitetos Jerônimo da Cunha Lima e Carlos Fernando Pontual (1969), ambos formados pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

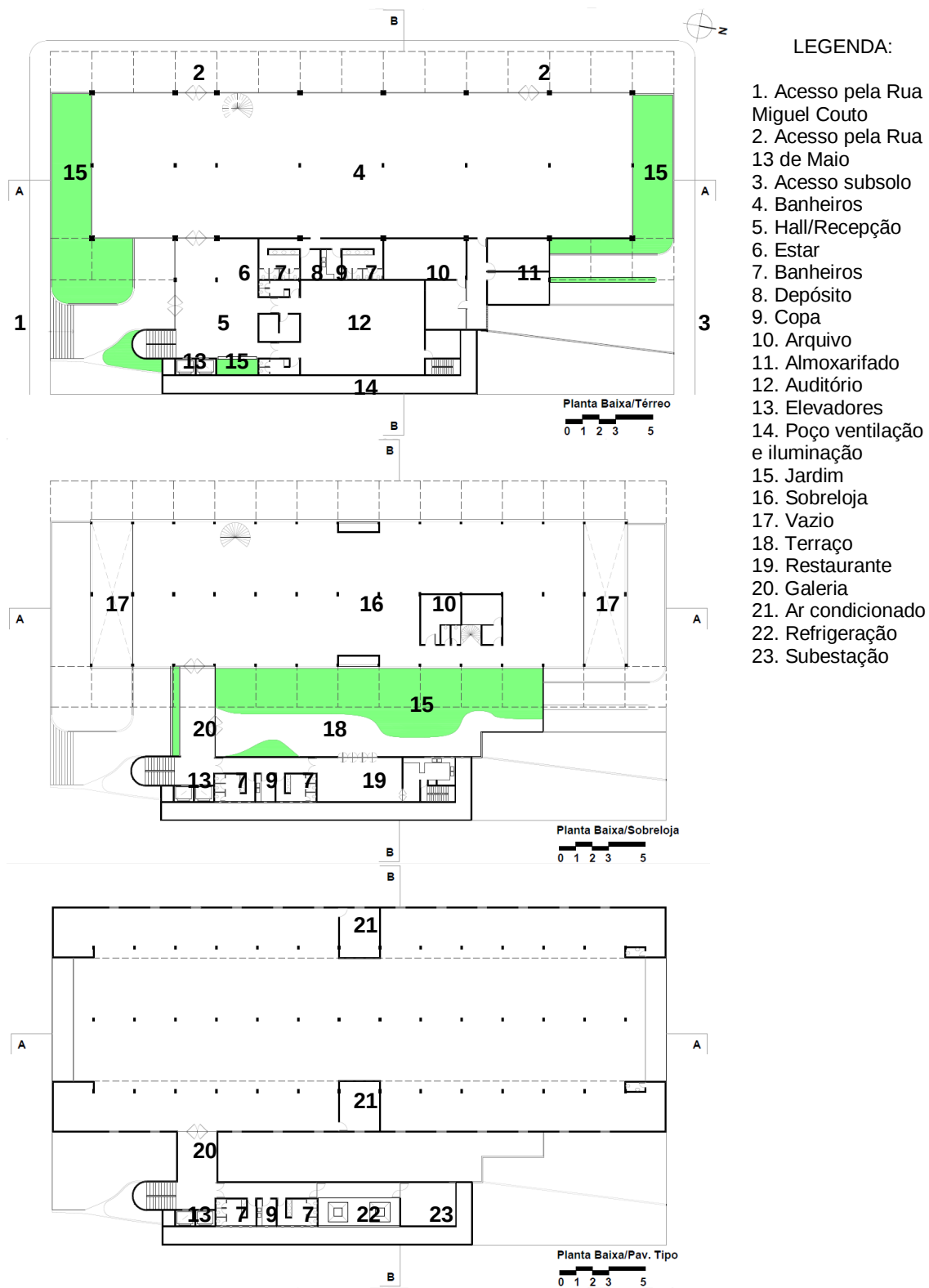


Figura 16: Caixa Econômica Federal (1980), Jerônimo & Pontual Arquitetos. Fonte: Arquivo Central/PMJP, desenho da autora.

Tirando partido da declividade do lote e de sua localização em um terreno “com duas esquinas”, o edifício principal, diametralmente simétrico, se voltou para três vias públicas, enquanto que o volume de serviços ficou resguardado posteriormente em um volume monolítico. Solução que fez lembrar o conceito de “*espacos servidos*” e “*espacos servidores*” desenvolvido por Louis Kahn. Os arquitetos utilizaram um módulo de 1,25 x 1,25 metros, onde a estrutura foi disposta regularmente permitindo a formação de extensos vãos e a flexibilidade dos ambientes internos. Externamente, os grandes balanços como extensão da ampla laje superior, localizados nas extremidades do edifício, permitiram a proteção do passeio externo e uma melhor visualização do edifício. Solução que poderia remeter ao plano horizontal da arquitetura paulista (MAHFUZ, 2006, p. 1), ou a arquitetura do Nordeste sugerida por Armando Holanda (HOLANDA, 1976).

Por sua vez, a transparência do pavimento térreo determinou uma relação mais franca do interior com o exterior, enquanto que a opacidade do volume suspenso resguardou as atividades bancárias e, igualmente, os ambientes internos da forte incidência solar advinda, predominantemente da orientação oeste. Assim, sem preocupações estritamente estilísticas, o vigor expressivo e a pertinência simbólica do edifício se fizeram pela clareza estrutural despertando a visão dinâmica para as peças construtivas, as quais revelam suas funções apoiando a caixa suspensa. Elementos que em conjunto fizeram referência à imagem de solidez, segurança e equilíbrio que a Caixa queria, talvez, projetar aos seus clientes. Imagem também que muitos bancos queriam passar através da arquitetura de suas agências, como apontou Sabbag (1984, p.42-43), e que, através do uso do concreto aparente, se tornou corrente por todo o Brasil, não apenas na produção bancária, mas nos mais diversos programas, através de certa ênfase na exploração dos elementos portantes em distinção dos elementos delimitadores.

Figuras 17 e 18: Caixa Econômica Federal (1980), Jerônimo & Pontual Arquitetos.



Fonte: Acervo da autora, 2012.

3 CONCLUSÃO

Nesse período, as instituições bancárias representaram certamente uma transformação em relação às agências vigentes, como ocorreu em todo país. Se através da agência do Banco do Estado da Paraíba (1954), de Acácio Borsoi, ou do Banco da Lavoura (1954), de Álvaro Vital Brazil, já se ilustravam em João Pessoa obras eminentes modernas; a partir dos anos 1970, se evidenciaram definitivamente a modernização dos bancos paraibanos. Essa transformação se

deu, sobretudo pela diversidade de posturas arquitetônicas adotadas em razão do grupo diverso de arquitetos que atuaram na capital paraibana nesse período.

A aproximação aos exemplares da arquitetura moderna brasileira deu-se pelo uso de soluções construtivas em concreto armado, mas especialmente do uso de elementos de adaptação climática. Entretanto, prevaleceu o emprego dos princípios da arquitetura moderna: racionalização da estrutura, flexibilidade espacial e fachada livre (em alguns casos, o terraço-jardim). Ainda assim, esse pequeno mostruário de bancos de João Pessoa confirmou invariavelmente o emprego da exposição do concreto armado, conferindo aos edifícios uma qualidade formal pela expressão de seu caráter construtivo, com certa “ênfase tectônica”. Mas não houve a busca por uma originalidade formal nos “*moldes niemeyerianos*” (expressão nossa).

Mesmo que de forma um pouco mais tardia, a assimilação da arquitetura moderna por parte das agências bancárias pessoenses, fruto do trabalho de arquitetos junto às instituições bancárias, era contemporânea àquela que ocorria em Recife ou em Porto Alegre, por exemplo. Cidades nas quais também se iniciava a atuação de novos grupos de arquitetos. Momento também em que se evidenciou em todo o país o banco como um expoente patrocinador da arquitetura moderna.

Por fim, as agências bancárias de João Pessoa confirmaram uma mudança no modelo tipológico e seu caráter arquitetônico em prol de uma coerência com os discursos da modernidade. O modelo tradicional, fechado e luxuoso, cede espaço a um modelo aberto, onde a rusticidade do concreto e a transparência dos panos de vidro predominaram. As soluções que se fecharam para o exterior, em sua maioria, foram motivadas por questões climáticas. Situações peculiares que resultaram, nos dois casos, em uma vasta produção de edifícios bancários vinculados às linguagens arquitetônicas do período. É necessário outro olhar para esse acervo ainda pouco explorado, no sentido de reconhecer a arquitetura bancária como um capítulo importante para a historiografia da arquitetura moderna brasileira.

REFERÊNCIAS

- ACAYABA, Marlene. FICHER, Sílvia. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Projeto, 1982.
- ARAÚJO, Ricardo Ferreira de. **Arquitetura residencial em João Pessoa: A experiência moderna nos anos 1970**. Dissertação de mestrado. Natal: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFRN, Natal, 2010.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira. ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BEP terá nova sede. In: **A União**. João Pessoa, 22 mar. 1973. p. 2.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CEF conclui obras em agências do interior. In: **A União**. João Pessoa, 07 mai. 1977. p. 8.
- CEF iniciará construção de sua nova sede. In: **A União**. João Pessoa, 12 mar. 1976. p. 8.
- CONDURU, Roberto. Tectônica tropical. In: ANDREOLLI, Elisabetta; FORTY, Adrian. **Arquitetura moderna brasileira**. Londres: Phaidon Press, 2004.
- FERRONI, Eduardo Rocha. **Aproximações sobre a obra de Salvador Candia**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo: FAUUSP, 2008. 308 p.
- GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Banco do Brasil na Paraíba – 90 anos**. João Pessoa: Sal da Terra. 2007. 174 p.
- HOLANDA, Armando de. **Roteiro para construir no Nordeste**. Recife: MDU/UFPE, 1976.



- LEMOS, Carlos Alberto de Cerqueira. Arquitetura bancária e outras artes. *In: Projeto*. São Paulo. nº 26, jan. 1981. p. 27-28.
- MAHFUZ, Edson da Cunha. Transparência e sombra: o plano horizontal na arquitetura paulista. *In: Vitruvius*. São Paulo: Arqtextos. nº 079.01, ano 07, dez. 2006.
- MELLO, Eduardo Cavalcanti de. A evolução das agências. *In: A história dos bancos na Parahyba*. João Pessoa: edição do autor, 2008. p. 48-135.
- PETROLI, Marcio Amado. **A avis rara do arquiteto Jorge Debiagi: uma análise sobre a influência brutalista em duas de suas obras bancárias**. *In: X Seminário Docomomo Brasil - Arquitetura moderna e internacional: conexões brutalistas 1955-1975*. Curitiba: PUC-PR, 2013.
- PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)**. 276p. Dissertação de mestrado. São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.
- PRÉDIO do BB já vai na 7ª laje. *In: A União*. João Pessoa, 9 jan. 1972. p. 1.
- [PROGRESSO disparado]. *In: A União*. João Pessoa. 05 jan. 1973. p. 3.
- SABBAG, Haifa Y. Arquitetura bancária. *In: Módulo*. Rio de Janeiro, nº 79, mar. 1984. p. 40-63.
- SAMPAIO NETO, Paulo Costa. **Ressonâncias e inflexões do modernismo arquitetônico no Ceará: a contribuição de Gerhard Bormann**. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012. 290 p.
- SEDE de 15 andares do Banco do Brasil funcionará no fim de 1972. *In: A União*. João Pessoa, 10 out. 1971. p. 3.
- SEDE do BEP com 11 andares. *In: A União*. João Pessoa, 20 jun. 1973. p. 1.
- SEGAWA, Hugo Massaki. **Arquiteturas no Brasil (1900-1990)**. 1ª. Edição. São Paulo: EdUSP, 1998.
- STRÖHER, Ronaldo de Azambuja. **As transformações na tipologia e no caráter do prédio bancário em meados deste século**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PROPAR, 1999.
- TEPERMAN, Sérgio. De como entrar numa polêmica. Sem querer. *In: Projeto*. São Paulo, nº 26, jan. 1981. p. 31-33,
- ZANETTINI, Siegbert. Arquitetura bancária assim como todas as artes... *In: Projeto*. São Paulo. nº 26, jan. 1981. p. 29-30.
- _____. **Siegbert Zanettini: arquitetura, razão, sensibilidade**. São Paulo: EdUSP, 2002.
- ZEIN, Ruth Verde. **A arquitetura da escola paulista brutalista (1953-1973)**. Tese de doutorado. São Paulo/Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROPAR/UFRGS, 2005.